

IMAGEM E MEMÓRIA, VESTÍGIOS E CONTINUIDADES***IMAGE AND MEMORY, TRACES AND CONTINUITIES******IMAGEN Y MEMORIA, VESTIGIOS Y CONTINUIDADES***Laura Fonseca de Castro¹

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2025v32n46p6-10

A pesquisa em arquitetura e urbanismo constitui um campo fundamental para a compreensão crítica das sociedades porque investiga não apenas os espaços construídos, mas também os modos pelos quais diferentes temporalidades se inscrevem sobre o território. Cada cidade guarda marcas de processos históricos que ultrapassam a dimensão física da paisagem. Ruas, edifícios, infraestruturas, vazios urbanos, fotografias, mapas, textos, desenhos técnicos e arquivos institucionais funcionam como superfícies de memória, onde permanecem impressos os conflitos, os projetos políticos, os imaginários sociais e as formas de vida que conformaram o espaço ao longo do tempo. Nesse sentido, a pesquisa em arquitetura e urbanismo se aproxima de um trabalho de leitura das permanências e das continuidades: um exercício de reconhecimento dos vestígios sobreviventes que atravessam a história e continuam agindo sobre o presente.

Os arquivos ocupam lugar central nesse processo porque não constituem apenas depósitos de documentos, mas verdadeiros dispositivos de produção histórica. Jacques Le Goff (2013), ao discutir as relações entre história e memória, demonstra que toda memória é permanentemente disputada, selecionada e reorganizada pelas sociedades que a produzem. A memória coletiva não é espontânea nem neutra, pois ela resulta de operações culturais e políticas que determinam aquilo que deve ser preservado, esquecido ou monumentalizado. Os arquivos da arquitetura e do urbanismo participam diretamente dessas disputas ao registrar determinados projetos de cidade, determinadas formas de ocupação territorial e determinados regimes de representação do espaço. Pesquisar arquivos, portanto, não significa apenas acessar vestígios do passado, mas compreender os mecanismos pelos quais certas narrativas urbanas se legitimam enquanto outras permanecem silenciadas.

¹ Arquiteta e urbanista (UFMG/2014), mestre (UFMG/2016), doutora (UFMG/2021) e professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas em disciplinas de história, teoria crítica e projeto, onde discute temas que relacionam corpo, imagem e espaço. É coordenadora editorial dos Cadernos de Arquitetura e Urbanismo e do grupo PIRA | Políticas da Imagem e da Representação Arquitetônica (CNPq). É autora do livro "Deslegitimar, atualizar, vulgarizar: o (anti)método do desvio" (Relicário, 2025).

A pesquisa contemporânea em arquitetura e urbanismo, então, se constitui como uma operação em um campo de tensão entre a permanência material e a mutabilidade das narrativas sociais. Como nos ensina Le Goff (2013), não lidamos com materiais brutos ou memórias inocentes, pois um documento é, fundamentalmente, um monumento. Ele é o resultado de uma montagem das sociedades que o produziram e das relações de poder que visam impor uma determinada imagem ao futuro. Assim, o arquivo urbano e arquitetônico não deve ser aceito como uma verdade absoluta, mas "desestruturado e desmontado" para que se revelem as intencionalidades e os silêncios que o constituem.

Entretanto, os vestígios urbanos não sobrevivem apenas nos documentos institucionalizados. Eles persistem também nas imagens fragmentárias da cidade, nas ruínas, nas permanências morfológicas, nas continuidades infraestruturais e nas formas cotidianas de apropriação do espaço. Georges Didi-Huberman (2015), em "Diante do tempo", propõe compreender a imagem como uma sobrevivência temporal, isto é, como algo que resiste linearmente à cronologia e reaparece de maneira descontínua em diferentes épocas. As cidades podem ser lidas justamente a partir dessa lógica das sobrevivências: nelas, múltiplos tempos coexistem simultaneamente. Sob o concreto contemporâneo, permanecem antigos traçados urbanos. Sob novas centralidades, persistem velhas estruturas de segregação. Sob discursos de inovação, sobrevivem racionalidades espaciais historicamente sedimentadas. O território urbano comporta temporalidades sobrepostas que não desaparecem completamente, mas reaparecem como rastros, fissuras e resíduos.

Os vestígios mencionados no título deste número não se referem apenas às marcas materiais deixadas pelo passado. Eles dizem respeito também às imagens que continuam assombrando o presente urbano. Como fotografias parcialmente reveladas, as cidades conservam sombras de projetos interrompidos, memórias de ocupações apagadas e permanências sociais inscritas em sua própria organização espacial. Há continuidades que operam silenciosamente nas formas de expansão urbana, nos processos de valorização imobiliária, nas políticas de mobilidade, nas estruturas metropolitanas e nas desigualdades territoriais. Os vestígios urbanos funcionam, assim, como imagens sobreviventes que desafiam a ideia de ruptura absoluta entre passado e presente. A cidade contemporânea nunca é inteiramente nova: ela é atravessada por camadas temporais que persistem, retornam e se reorganizam continuamente.

Estar diante de uma imagem da cidade ou de um vestígio arquitetônico é estar diante do tempo. A temporalidade urbana não se desenrola como uma linha reta e progressiva, mas se assemelha a uma corda desfiada em mil mechas, onde tempos heterogêneos se entrelaçam em anacronismos profundos. A cidade é uma montagem de tempos, um turbilhão na origem que não é um ponto fixo no passado, mas um movimento de sobrevivências imemoriais com a urgência do agora (Didi-Huberman, 2015).

As reflexões reunidas neste número dos Cadernos de Arquitetura e Urbanismo se inserem precisamente nesse cruzamento entre imagem e memória, vestígios e continuidades. Os artigos aqui publicados demonstram que as cidades contemporâneas permanecem atravessadas por temporalidades múltiplas, onde formas urbanas, sistemas produtivos e dinâmicas sociais revelam permanências históricas complexas.

Nesse contexto, a pesquisa em arquitetura e urbanismo assume também um papel crítico de desviar as narrativas sobre a cidade (Castro, 2025). Urge pensar os processos de circulação do conhecimento como operações simultaneamente críticas e democráticas, capazes de deslocar discursos estabilizados a fim de ampliar o acesso às discussões acadêmicas. A atualização do conhecimento não significa apenas incorporar novos temas ou metodologias, mas também revisar criticamente os modos pelos quais a história da arquitetura e do urbanismo foi tradicionalmente construída, legitimada e difundida. Atualizar, nesse sentido, implica em não negar a história, mas tensionar seus cânones, ampliar seus sujeitos e problematizar seus silenciamentos. A publicação desses vestígios, por sua vez, adquire aqui sentido profundamente político: trata-se de tornar público, acessível e socialmente compartilhado o arquivo, rompendo barreiras institucionais e epistemológicas que frequentemente restringem a circulação crítica da produção científica.

A manutenção de um periódico de fluxo contínuo, vinculado a um curso de graduação em uma universidade confessional sem fins lucrativos, assume um papel crítico nesse processo de democratização e diversidade temática. Ao subverter a rigidez dos tempos editoriais tradicionais, o fluxo contínuo permite que a produção acadêmica responda às urgências sociais e técnicas do campo. Por meio de uma instituição confessional, essa prática reafirma o compromisso ético com a formação de profissionais sensíveis às questões socioambientais e à justiça social, promovendo um espaço de dissenso e pluralidade que resiste à hegemonia de modelos puramente mercadológicos. É na articulação entre ensino, pesquisa e extensão que o periódico se torna um lugar de memória, capaz de acolher tanto a inovação tecnológica quanto os saberes tradicionais.

"Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica" (Le Goff, 2013). Entre materialidades construtivas, dinâmicas metropolitanas, políticas habitacionais, infraestruturas de mobilidade e experiências de resistência territorial, os artigos revelam como diferentes temporalidades permanecem inscritas na cidade, conformando um mosaico de vestígios que conecta memória, técnica, capital e território. Mais do que registrar transformações, os textos aqui reunidos interrogam aquilo que permanece.

A discussão se inicia pela dimensão simultaneamente material e ideológica do concreto armado, analisado como expressão paradigmática da modernidade capitalista. Ao compreender o concreto como o "lado concreto da abstração capitalista", a resenha do livro "Concreto: Arma de construção em massa do capitalismo" de Anselm Jappe evidencia como a industrialização da construção

transformou as relações de trabalho, homogeneizou paisagens urbanas e suprimiu particularidades vernaculares. De acordo com o autor Thiago Canettieri, a construção civil se tornou dependente da mobilização de capital especulativo, que antecipa receitas futuras sem garantia de realização, evidenciando um crescimento sem substância real.

A crítica à modernidade técnica encontra continuidade histórica no artigo "As vilas operárias da indústria têxtil na conformação urbana de Blumenau-SC" de Donizete Correa Franco Pires, onde a arquitetura de inspiração germânica e a produção da moradia pela indústria revelam formas paternalistas e disciplinadoras de organização da vida operária. Mais do que conjuntos habitacionais, as vilas aparecem como vestígios materiais das relações entre capital, trabalho e segregação socioespacial que ainda repercutem na cidade contemporânea.

A passagem das formas industriais clássicas de organização urbana para as dinâmicas contemporâneas de expansão territorial ocorre por meio da análise dos condomínios horizontais fechados. Em "A expansão urbana em Viçosa-MG: dinâmica da produção imobiliária e da expansão horizontal do município", as autoras Larissa Pereira Lima e Teresa Cristina De Almeida Faria demonstram que esses empreendimentos, impulsionados pela flexibilização da legislação urbanística e pela valorização fundiária, reorganizam a franja periurbana a partir de lógicas fragmentadas de ocupação, produzindo descontinuidades espaciais e aprofundando processos de segregação. Em escala regional, o artigo "Centralidade na Região Metropolitana de Ribeirão Preto" faz uma análise que demonstra como as dinâmicas contemporâneas de urbanização se articulam à circulação de capitais, à infraestrutura logística e ao agronegócio. De acordo com a autora Fabiana Miano Mori, a estrutura radial policêntrica da região evidencia a permanência de assimetrias territoriais, nas quais a concentração de investimentos reforça centralidades já consolidadas em detrimento da estrutura ambiental e das áreas periféricas.

É diante dessas continuidades excludentes da urbanização contemporânea que emerge a discussão sobre mobilidade e direito à cidade. O artigo "Mobilidade urbana integrada, diversificada e adaptativa" de André Souza Silva e Bárbara Trevisan Casagrande, utiliza a experiência da pandemia como ponto de inflexão para repensar os sistemas de deslocamento urbano a partir da saúde pública, da acessibilidade e da sustentabilidade. Ciclovias emergenciais, modais alternativos e reconfigurações provisórias do espaço público apontam para possibilidades mais democráticas de circulação urbana.

Na sequência, são publicados dois artigos sobre o tema da habitação. Primeiramente, em "A Lei do Inquilinato à luz do direito à moradia", Gisela Baptista Tibiriçá aborda a discussão sobre locação social em Campinas-SP e desloca o debate habitacional da lógica exclusiva da propriedade privada para o direito à permanência urbana, propondo alternativas de acesso à moradia digna por meio de parcerias público-privadas voltadas às populações de baixa renda. Em seguida, André Costa Braga Soares elabora uma crítica à mercantilização da cidade em "O dissenso na cidade formal:

contradições da moradia-mercadoria e a inteligibilidade de morar”. O autor tece um argumento particularmente contundente na análise de casos de Belo Horizonte-MG. O texto demonstra como imagens publicitárias e revestimentos arquitetônicos operam como dispositivos de apagamento simbólico, ocultando o trabalho operário e neutralizando visualmente os conflitos e desigualdades inerentes aos empreendimentos imobiliários de luxo. A cidade se transforma, assim, em imagem de consumo, dissociada das condições materiais de sua própria produção.

Os dois últimos textos deslocam o debate para as possibilidades de transformação tecnológica e social da prática profissional em arquitetura e urbanismo. O artigo “Análise da colaboração e integração no processo de projeto”, de Joice Mariana Assis Teixeira, Sidnea Eliane Campos Ribeiro e Danielle Meireles De Oliveira, trata da colaboração e integração via BIM e aponta para processos de projeto mais simultâneos, colaborativos e orientados por dados, embora ainda atravessados por hierarquias tradicionais entre arquitetos e engenheiros. Encerrando o número, a entrevista “A agroecologia urbana: a trajetória e as experiências do arquiteto urbanista Alexandre Ramos”, conduzida por Rachel De Castro Almeida, Ingrid Rafaelle Resende Martins e Ysley Dos Santos Gonçalves, propõe uma visão sistêmica e resiliente do território a partir de Recife-PE, na qual o arquiteto urbanista atua como mediador entre saberes tradicionais, políticas públicas e demandas comunitárias. Os vazios urbanos passam a ser compreendidos não como reservas passivas para valorização imobiliária, mas como espaços potenciais de soberania alimentar, lazer coletivo e reconstrução das relações entre cidade e meio ambiente.

Em conjunto, os textos deste número compõem uma montagem de vestígios e continuidades que atravessam a história da arquitetura e do urbanismo. Entre permanências materiais, imagens sobreviventes, infraestruturas técnicas e disputas territoriais, os artigos demonstram que as cidades contemporâneas permanecem marcadas pelas racionalidades históricas que estruturaram sua formação. Ao mesmo tempo, revelam possibilidades de reinvenção crítica do espaço urbano, transformando a leitura dos arquivos arquitetônicos e urbanísticos em exercício de imaginação política e construção de futuros urbanos mais democráticos.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Laura. **Deslegitimar, Atualizar, Vulgarizar**: o (anti)método do desvio. Belo Horizonte: Relicário, 2025.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante do tempo**: história da arte e anacronismo das imagens. (Trad. Vera Casa Nova, Márcia Arbex) Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.